Ref: MPRJ 2020.00163736 - Inquérito Civil nº 03/2020/GAEMA

RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL

1. CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

2. CONSIDERANDO que, dentre as funções institucionais do *Parquet*, destaca-se a de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CRFB/1988);

3. CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal e Estadual, sempre que se cuidar de lhe garantir o respeito, na forma do artigo 27 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n.º 8.625/1993;

4. CONSIDERANDO que, no exercício dessas atribuições, pode o Ministério Público, dentre outras providências, expedir recomendações e notificações dirigidas aos órgãos/entidades da Administração Pública Direta e Indireta;

5. CONSIDERANDO que a expedição de recomendações e notificações pelo Órgão Ministerial visa não só à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, como também o respeito aos interesses cuja defesa lhe cabe promover, podendo, no exercício destes instrumentos, fixar prazos e medidas razoáveis a cargo dos responsáveis (art.6º, XX, Lei Complementar n.º 75/1993 c/c art.80 da Lei n.º 8.625/1993);

6. CONSIDERANDO que tramita no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), sob a condução do GAEMA, o Inquérito Civil (IC) sob o n. 03/2020, instaurado para (i) apurar as causas que levaram à alteração dos padrões de qualidade da água fornecida pela CEDAE, proveniente do sistema de abastecimento Guandu no início de 2020, (ii) verificar as medidas concretas a serem adotadas para corrigir os problemas identificados no sistema de abastecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro e evitar sua recorrência, e (iii) fomentar a articulação entre órgãos ambientais, de gestão de recursos hídricos e de vigilância ambiental e epidemiológica no que tange à fiscalização, monitoramento e controle da qualidade da água proveniente do sistema Guandu;

7. CONSIDERANDO que tramita na 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Meio Ambiente do Núcleo de Nova Iguaçu o Inquérito Civil nº 006/2020, que tem por objeto “apurar responsabilidades da CEDAE pelos danos ambientais decorrentes do lançamento irregular de efluentes industriais, oriundos da lavagem dos decantadores da ETA Guandu, pela CEDAE, em canal que deságua no Rio Cabenga e desemboca na Baía de Sepetiba”;

8. CONSIDERANDO que no bojo das investigações supra mencionadas foram constatadas condições de conservação e de operação da referida estação que podem configurar risco à potabilidade da água tratada e distribuída, mostrando-se necessária a adoção de ações de reforma e/ou reforço para correção das patologias estruturais e demais não conformidades verificadas;

9. CONSIDERANDO que a não execução destas obras pode acarretar no inadequado funcionamento da ETA Guandu, e, em última análise, no fornecimento de água potável pela CEDAE em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos pela legislação e/ou na insuficiência

da oferta de água tratada para atender à demanda da região metropolitana do Rio de Janeiro;

10. CONSIDERANDO que também restou constatado que a ETA Guandu não possui sistema para tratamento e disposição final ambientalmente adequada do lodo gerado na estação, o qual vem sendo descartado irregularmente ao longo dos anos em corpo hídrico localizado nas suas adjacências;

11. CONSIDERANDO que o referido despejo irregular de lodo, além de configurar dano ambiental sujeito a sanções nas esferas cível e administrativa, pode também caracterizar a conduta típica prevista no artigo 54 da lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que prevê pena de reclusão para quem causar *“poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”*, sendo, ainda, qualificado o crime quando *“ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos”*, valendo destacar que a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente apura tal fato por intermédio do IP 200-800014/2020;

12. CONSIDERANDO, ainda, que a ETA Guandu opera sem a devida Licença de Operação (LO), sendo certo que a ausência de uma solução para o tratamento e destinação final ambientalmente adequada do lodo gerado pela estação é apontada pelo órgão ambiental como um dos principais empecilhos para a concessão da referida licença;

13. CONSIDERANDO que a CEDAE está em tratativas com o INEA para possível celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com

vistas à obtenção da Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) da ETA Guandu;

14. CONSIDERANDO que a minuta do referido TAC prevê uma série de obrigações a serem assumidas pela CEDAE visando à adequação do sistema de tratamento da ETA Guandu e à compensação ambiental dos danos provocados pelo descarte de lodo em cursos d'água da bacia do rio Guandu;

15. CONSIDERANDO que, para tanto, a CEDAE apresentou ao órgão ambiental um Plano de Ação contendo um cronograma para a realização das ações previstas para mitigar/sanar as irregularidades identificadas no processo operacional da ETA;

16. CONSIDERANDO que o órgão ambiental questionou o cronograma sugerido pela CEDAE, ressaltando ainda a ausência de ações consideradas essenciais em tal cronograma, tais como "(i) *tratamento dos resíduos (lodo) gerados pela ETA Guandu; e (ii) reparação e compensação ambiental pelos danos causados pelo lançamento no rio Cabenga, sendo o TAC a ser firmado o instrumento oportuno e conveniente para lhes estabelecer a realização*".

17. CONSIDERANDO que foram identificadas inadequações e/ou ações necessárias para a melhoria do sistema operacional da estação, não contempladas no cronograma e Plano de Ação sugeridos pela CEDAE e que se mostram imprescindíveis para minimizar os riscos de não atendimento aos padrões legais de qualidade de água tratada;

18. CONSIDERANDO que as ações previstas no cronograma proposto pela CEDAE devem ser hierarquizadas, de forma a priorizar aquelas que representem maiores benefícios e/ou redução mais significativa dos riscos à eficiência do processo de tratamento de água realizado pela ETA;

19. CONSIDERANDO a necessidade de apresentação, pela CEDAE, de informações técnicas detalhadas acerca do sistema pretendido para tratamento e destinação final dos resíduos resultantes da operação da ETA Guandu (lodo e água da lavagem dos filtros), para que o órgão ambiental possa analisar sua viabilidade e eficiência;

20. CONSIDERANDO a necessidade de avaliação da possibilidade de adoção de uma alternativa de curto prazo para a cessação e/ou redução imediata ou gradual do lançamento irregular desses resíduos no curso d'água, até que a implantação do sistema de tratamento definitivo esteja concluída, com apresentação das justificativas técnicas que fundamentem a viabilidade ou inviabilidade dessas possíveis alternativas;

21. CONSIDERANDO que, para a adequada reparação e compensação dos danos ambientais gerados pelo lançamento de resíduos do processo de tratamento da ETA Guandu sem tratamento em cursos d'água, é imprescindível a elaboração de um diagnóstico da área afetada, identificando a natureza, magnitude e extensão dos impactos gerados pelo lançamento irregular contínuo e durante longo período, para que os danos sejam corretamente identificados e mensurados e, então, possam ser propostas medidas e ações capazes de repará-los e/ou compensá-los suficientemente;

22. CONSIDERANDO que a minuta de TAC proposta não contempla ações voltadas ao monitoramento do sistema operacional da ETA Guandu, as quais revelam-se de extrema importância para controle e garantia da eficiência do processo de tratamento realizado na estação;

23. CONSIDERANDO, por fim, que a atribuição para o licenciamento da ETA Guandu é do órgão ambiental, cabendo ao Ministério Público fiscalizar

a higidez do processo de licenciamento ambiental e a atuação do órgão público ambiental em sua condução;

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por meio dos promotores signatários, vem expedir a presente

RECOMENDAÇÃO

Dirigida ao **INEA** e à **CEDAE**, na pessoa de seus Presidentes, para que adotem as seguintes providências:

INEA:

- (i) No bojo do procedimento relativo à obtenção de Licença de Operação da ETA Guandu, estipule obrigação à CEDAE de apresentação de estudo diagnóstico da área afetada, identificando a natureza, magnitude e extensão dos impactos gerados pelo lançamento irregular contínuo e durante o período de operação de ETA, de modo que os danos sejam corretamente identificados e mensurados e possam ser propostas medidas e ações capazes de repará-los e/ou compensá-los suficientemente; e
- (ii) Avalie a possibilidade de inclusão como condicionantes da AAF¹ e/ou como encargos constantes do Termo de Ajustamento de Conduta a ser celebrado com a CEDAE, de ações voltadas ao monitoramento periódico dos controles operativos e de conservação da ETA Guandu, com eventual compartilhamento das informações obtidas com a AGENERSA.

¹ AAF, LOR ou outro instrumento de controle ambiental que o INEA entenda como mais adequado no caso concreto.

CEDAE:

- (i) Apresente ao órgão ambiental e ao Ministério Público informações técnicas acerca do sistema pretendido para tratamento e destinação final dos resíduos resultantes da operação da ETA Guandu (lodo e água da lavagem dos filtros);
- (ii) Apresente ao órgão ambiental e ao Ministério Público avaliação acerca da possibilidade de adoção de uma alternativa de curto prazo para a cessação e/ou redução imediata ou gradual do lançamento irregular desses resíduos no curso d'água, até que a implantação do sistema de tratamento definitivo esteja concluída, com apresentação das justificativas técnicas que fundamentem a viabilidade ou inviabilidade dessas possíveis alternativas;
- (iii) Revise o Plano de Ação e o cronograma apresentado ao órgão ambiental, de modo a incluir as seguintes ações necessárias para a melhoria do sistema operacional da ETA Guandu:
 - (a) Medidor de nível ultrassônico (localizado em Engenheiro Pedreira) atualmente inoperante, o que impede o conhecimento da vazão da água que chega na ETA – necessidade de reparo e/ou substituição;
 - (b) Das sete comportas existentes na barragem principal, apenas uma está funcionando (comporta 7), além de todas as três comportas existentes na barragem auxiliar estarem inoperantes, de modo que manobras de extravasamento da água do rio ficam inviabilizadas – necessidade de avaliação da situação real das comportas para adoção das medidas necessárias para seu adequado funcionamento;
 - (c) Medidores de nível ultrassônicos da barragem principal e da

barragem auxiliar estão inoperantes e o nível está sendo medido visualmente pelo operador – necessidade de reparo e/ou substituição;

(d) As oito comportas da Tomada d'Água Velha e as duas comportas da Tomada d'Água Nova necessitam de reparo, lubrificação e pintura, além dos painéis de controle e acionamento dos motores estarem em estado precário e de eminente risco aos colaboradores – necessidade de avaliação da situação real das comportas para adoção das medidas necessárias para seu adequado funcionamento, bem como de ações de manutenção, reparo e/ou substituição dos painéis de controle;

(e) Medidores de nível da Tomada d'Água Velha e da Tomada d'Água Nova estão ultrapassados – necessidade de manutenção e/ou substituição;

(f) Motores para acionamento das duas comportas existentes nos canais de purga da ETA estão inoperantes – necessidade de reparo e/ou substituição;

(g) Desconhecimento da situação atual das caixas com maior profundidade nos canais desarenadores (inclusive dos novos) e acúmulo de areia e detritos que provocam sobrecarga das bombas e deterioração das tubulações – necessidade de avaliação da situação real dessas unidades para adoção das medidas necessárias para seu adequado funcionamento, programação de limpezas periódicas e instalação de sistema para limpeza mecânica dos desarenadores;

(h) Equipamentos do Baixo Recalque Guandu e do Novo Baixo Recalque Guandu são antigos e obsoletos, muitos em estado precário – necessidade de modernização e/ou substituição dos equipamentos;

- (i) Medidores de vazão de três das cinco adutoras de água bruta estão inoperantes – necessidade de modernização e/ou substituição dos equipamentos;
- (j) Medidor de nível ultrassônico da caixa tranquilizadora está inoperante e iluminação precária – necessidade de reparo e/ou substituição do medidor, além de reforma na infraestrutura elétrica;
- (k) Em relação ao depósito de produtos químicos, estão inoperantes os seguintes equipamentos: medidores de vazão dos tanques de alumínio, medidores de nível ultrassônicos dos tanques de ácido fluossilícico, alarmes de vazamento de gás cloro e status das bombas de todas as unidades – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos;
- (l) Medidores de nível ultrassônicos dos flocladores da VETA e da NETA estão inoperantes – necessidade de reparo e/ou substituição;
- (m) Nove decantadores da VETA estão inoperantes: raspadores (limpeza está sendo feita de forma manual), medidores de nível ultrassônicos e turbidímetros – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos e instalação de raspadores mecanizados;
- (n) Seis decantadores da NETA estão inoperantes: medidores de nível ultrassônicos e turbidímetros – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos;
- (o) O carvão antracito do leito filtrante dos 72 filtros da VETA e dos 60 filtros da NETA estão sem efeito e a lavagem dessas unidades está sendo feita manualmente – necessidade de substituição do carvão antracito e de automação da lavagem em todas as unidades;
- (p) Sensor diferencial de pressão e turbidímetros estão

inoperantes em todos os filtros da VETA e da NETA – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos;

(q) Medidores dos parâmetros Analisador de cloro e Potencial Redox estão inoperantes no Alto Recalque Guandu e do Novo Alto Recalque Guandu e as ligações elétricas das bombas existentes em ambas as unidades estão precárias – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos e da infraestrutura elétrica, além de manutenção na estrutura predial das unidades;

(r) Medidores de vazão inoperantes em três das cinco adutoras de recalque, localizadas em área de risco e sem manutenção – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos e de manutenção dos acessos às adutoras;

(s) Medidores de todos os parâmetros (níveis, turbidez, pH, residual de cloro e concentração de flúor) estão inoperantes no Reservatório Marapicu – necessidade de reparo e/ou substituição de todos os medidores;

(t) Medidores dos parâmetros pH, teor de flúor e potencial redox estão inoperantes no Túnel Canal (subsistema Lameirão) – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos;

(u) Medidores de todos os parâmetros (níveis, turbidez, pH, residual de cloro, potencial redox, temperatura de mancal, pressão de recalque, tensão de alimentação e vazão de recalque) estão inoperantes na Nova Elevatória da Zona Rural (subsistema Marapicu) – necessidade de reparo e/ou substituição de todos os medidores;

(v) Medidores de nível de sucção e pressão de recalque na Elevatória do Lameirão estão obsoletos, gerando dados imprecisos – necessidade de reparo e/ou substituição dos equipamentos;

- (w) Todos os equipamentos do Centro de Controle Operacional estão ultrapassados e apenas 15% dos 700 pontos de monitoramento estão em funcionamento – necessidade de reforma geral da unidade, contemplando reparo e/ou substituição de equipamentos;
- (iv) Revise o cronograma proposto, hierarquizando as ações contidas no Plano de Ação de forma a priorizar aquelas que representem maiores benefícios e/ou redução mais significativa dos riscos à eficiência do processo de tratamento de água realizado na ETA;
- (v) Apresente comprovação ao órgão ambiental e ao Ministério Público da realização de obras de reforma e/ou reforço para correção das patologias estruturais e demais não conformidades verificadas nos reservatórios de água tratada (inexistência de restrição de acesso, guardacorpos danificados, tampões das aberturas de inspeção quebrados, rachaduras e infiltrações nas paredes do reservatório, armadura exposta e deslocamento de concreto etc.), bem como da implantação de programas de manutenção de equipamentos e limpeza dessas unidades. Caso estas intervenções não tenham sido concluídas, inserir sua execução no Plano de Ação e cronograma propostos.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2020.

Gisela Pequeno G. Corrêa
Promotora de Justiça
GAEMA

José Alexandre Maximino Mota
Promotor de Justiça
GAEMA

Plinio Vinicius D´Avila Araujo
Promotor de Justiça
GAEMA

Julia Miranda e Silva Sequeira
Promotora de Justiça
GAEMA

Glaucia Torres de O. Melo
Promotora de Justiça
GAEMA

Luciana Soares Rodrigues
Promotora de Justiça
GAEMA

Isabel Horowicz Kallmann
Promotora de Justiça
GAEMA

Patrícia Gabai Venâncio
Promotora de Justiça
2ª PJTCMA de Nova Iguaçu